

DESENVOLVIMENTO ESPAÇO DESTINADO AO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DE SANTA CRUZ TERÁ AS MAIORES RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

Área ambiental vai restringir exploração de petróleo e pesca

Ibama está propondo criação de duas áreas no Litoral Norte do Estado

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redegazeta.com.br

Motivo de grande polêmica entre ambientalistas e empresários, a criação de áreas de preservação no Litoral Norte, próximo aos municípios da Serra, Fundão e Aracruz está mais próximo de acontecer. O projeto final dessas áreas - que devem restringir a exploração de petróleo, principalmente - já está no Ibama, em Brasília, para análise e aprovação, que deverá acontecer até meados do ano.

A proposta inicial de se criar um parque marinho enfrentou resistência tanto de pescadores artesanais da região como de empresários e entidades ligadas ao setor industrial. A preocupação maior era com a inviabilidade de projetos econômicos importantes para a região devido à criação do parque.

Depois de novos estudos e de discussão com a população dos municípios envolvidos, os técnicos do Ibama optaram pela criação de outro tipo de área de preservação. O projeto prevê, então, a criação da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas (APA costa das Algas) e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (Revis de Santa Cruz).

O superintendente do Ibama no Estado, Ricardo Vereza Lodi explicou que ainda há divergências envolvendo pescadores e empresários, "mas o projeto

das duas áreas foi amplamente debatido e o objetivo é preservar a área que é de grande importância para a reprodução de animais e a preservação das algas, além dos manguezais e da flora e fauna".

Vereza explicou que a APA é, na verdade, a área de amortecimento do Revis. Este sim tem mais restrições em relação a atividades que possam ser desenvolvidas. No Revis está incluída não só a parte marítima

como uma parte terrestre. "O rigor maior é na parte terrestre", ressaltou ele.

A categoria de áreas de preservação - Revis e APA - permite, segundo ele, o uso da área por particulares. "Não prevemos nenhuma desapropriação para toda a região do Revis". O município, no entanto, terá que elaborar um projeto para o uso e parcelamento do solo.

Os técnicos do Ibama asse-

guram que o Porto de Portocel, que exporta celulose, e o campo de petróleo de Golfinho, ficaram fora da área indicada no projeto. Na área do Revis (a parte menor no mapa) não poderá haver exploração mineral, por exemplo, o que significa que a exploração e produção de petróleo ficam proibidas e a extração de algas também.

Os pescadores artesanais se preocupam com a criação do

Revis, segundo Vereza, "mas não há motivo para isso porque a atividade artesanal não será prejudicada". Para que as mais de 200 famílias que dependem da atividade não sejam prejudicadas, será assinado um termo de ajuste de conduta que definirá o que pode efetivamente ser feito. Como a pesca não poderá ser feita na área do Revis, recursos poderão ser buscados para a indenização dos pescadores profissionais.

Empresários temem inviabilidade dos projetos

Empresas preferem analisar melhor proposta, mas concordam que é preciso preservar

As lideranças empresariais capixabas preferem ainda não comentar a proposta de criação das duas áreas. Alegam que tecnicamente ainda não analisaram os detalhes. Destacam, porém, que são totalmente favoráveis à preservação responsável e tecnicamente correta, confirme o diretor financeiro da ONG Espírito Santo em Ação, Ernesto Mosaner.

Ele chama a atenção para o fato de que é preciso pensar nas reservas de petróleo descobertas nos últimos anos no Litoral Norte do Estado. "Preservar é importante. Ninguém quer destruir o meio ambiente e degradar a natureza, mas é preciso sempre estar atento para o que podemos fazer em termos de desenvolvimento econômico com responsabilidade", destaca o empresário.

A preocupação não só do movimento empresarial, mas de empresas como a Petrobras, Aracruz e Companhia Siderúrgica de Tubarão (Arcelor-CST) é com a possibilidade de que as áreas propostas para preservação inviabilizem a exploração de petróleo e gás e a movimentação de barcas para transporte de madeira e aço.

"Vamos estudar detalhadamente o projeto para emitir uma opinião mais técnica", afirmou Mosaner. Segundo ele, grandes empresas de outros países que competem com empresas brasileiras, incentivam ONGs e outras entidades para que adotem posturas mais rígidas no Brasil, prejudicando a competitividade dos brasileiros. "Também precisamos ficar atentos a esse tipo de atitude", afirmou Mosaner.

Áreas de preservação

Veja as novas áreas ambientais propostas pelo Ibama e seus impactos

